

AO EXMO. CONSELHEIRO DURVAL ANGÊLO - PRIMEIRA CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS.

Processo: 1077186

MÁRCIO LIMA DE PAULA, já devidamente qualificado nos autos, por seu procurador, vem se manifestar em face da representação proposta pelo Sr. Eri Vieira Duarte, exposto e requerendo o que segue:

A demanda cinge-se em face das nomeações assumidas pelo representado, nos cargos de assessor de obras e chefe de gabinete, sob as alegações de falta de capacidade técnica e ausência dos requisitos necessários para cumprimento das determinações legais.

Com a devida vênia, em que pesem as alegações de formalidade, a realidade fática é de que sempre houve a prestação dos serviços, de forma correta e austera, sendo que nunca houveram questionamentos para a sua ocupação no primeiro cargo, dada sua afinidade com obras e construções civis, e nem pelo segundo, devido a sua inquestionável capacidade de chefiar gabinete, em razão do tempo de prefeito.

A bem da verdade, não há que se falar em falha na prestação dos serviços, porquanto, os mesmos foram prestados de forma esmerada, sendo merecida a remuneração recebida pelo desempenho.

A propósito, o representado sequer tinha conhecimento de poderiam estar sendo descumpridas leis municipais, pois apresentou junto ao departamento de recursos humanos toda documentação exigida para cada função.

Como nunca houve qualquer questionamento, até então, e sua relação de trabalho corria dentro da normalidade, presumiu não haver ilícitos no fato.

Independentemente disso, mediante a presente representação e, ainda, abertura de inquérito civil pelo Ministério Público de Minas Gerais, devido à mesma notícia de fato, o representado decidiu pela devolução dos salários recebidos, pois sentiu-se ofendido com a possibilidade de causar prejuízos ao município de que já foi prefeito.

Ressalta-se que como houve a efetiva e comprovada prestação dos serviços, como faz prova, inclusive, o conteúdo oferecido pelo representante, o representado, apesar de sua decisão, não possui obrigação legal de devolver seus salários, vejamos a jurisprudência:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTRATADOS PELO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DAS ALAGOAS. EXECUÇÃO PELA PARTE CONTRATADA. COMPROVAÇÃO. INADIMPLEMENTO. ENRIQUECIMENTO ILÍCITO DO ENTE PÚBLICO. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. DEDUÇÃO DO INSS E DO ISS DEVIDOS. ÍNDICES DE CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA. ADEQUAÇÃO. RECURSO

PARCIALMENTE

PROVIDO.

- **No caso a ausência de todas as formalidades legais nas notas de empenho não afasta a obrigação do Município de realizar o pagamento dos serviços efetivamente executados pela parte autora, sob pena de configuração do enriquecimento da Administração Municipal.**

- Cabia ao ente público, nos termos do art. 373, II, do CPC, empreender esforços no sentido de provar que os serviços contratados do requerente não foram efetivamente prestados, ou, ainda, que houve o adimplemento dos valores cobrados, ônus do qual não se desincumbiu a contento.

- **Não havendo dúvidas de que a parte autora conseguiu comprovar cabalmente os fatos constitutivos do seu direito, impõe-se a procedência da cobrança.**

- O montante da condenação deverá observar o valor líquido constante das notas de empenho e com as devidas deduções.

- Sobre os valores devidos incidirá correção monetária pelo IPCA-E, tal como decidido pelo STJ no REsp 1.492.221, Tema 905; além de juros moratórios com base na taxa aplicada à caderneta de poupança, nos termos do art. 1º-F da Lei 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09.

- Os honorários contra a Fazenda Pública devem ser fixados de modo a observar o art. 85, §§ 2º e 3º, I, do CPC. (TJMG - Apelação Cível 1.0172.15.000317-3/001, Relator(a): Des.(a) Wander Marotta, 5ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 30/04/2020, publicação da súmula em 24/07/2020)

Ou seja, apesar da inexistência de ilícito na sua contratação, bem como, da inexistência de lesão ao erário municipal, seja motivada pelo representado, seja pela administração, já existe acordo administrativo que garante a devolução dos recursos, o qual, inclusive, já se finda, conforme documentação anexa.

Destarte, a presente manifestação é para requerer que sejam julgados improcedentes os pedidos formulados pelo representante, arquivando o feito.

Subsidiariamente, que seja arquivada quanto a este representante, para excluí-lo do rol de investigado, devido à ausência de justa causa, dada a inexistência de ilícitos por ele perpetrados.

Requer prova por todos os meios admitidos, inclusive pela documentação que segue acostada e juntada de documentos que vierem a surgir ulteriormente.

Termos em que pede deferimento, por medida de justiça.

Ipatinga, 20 de maio de 2021.

Lucas Dias Rodrigues
OAB/MG 191.716